

A photograph of a business meeting. A man in a dark blue suit and tie is leaning over a laptop, looking intently at the screen. To his left, a woman in a grey blazer and light blue shirt is looking towards the laptop. To his right, another woman in a dark green top is partially visible. The background is a blurred office setting with a window and some papers on a wall.

A Gestão Estratégica na Administração 3

 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

A Gestão Estratégica na Administração 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G393 A gestão estratégica na administração [recurso eletrônico] /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
3.387 kbytes – (Administração; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-11-6

DOI 10.22533/at.ed.116283107

1. Administração. 2. Planejamento estratégico. I. Atena Editora.
II.Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ASCENSÃO PROFISSIONAL E PESSOAL ATRAVÉS DE UM PROGRAMA DE COACHING	
<i>Thaís Furtado Mendes</i>	
<i>Rafael José Ferreira Inácio</i>	
<i>Lucivone Maria Peres de Castelo Branco</i>	
CAPÍTULO 2	14
A INOVAÇÃO DE PROCESSOS E EFICIÊNCIA PRODUTIVA: O CASO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA EM GOIÁS	
<i>Euclides Fernandes dos Reis</i>	
<i>Sara da Costa Fernandes</i>	
<i>Vagner Rosalem</i>	
CAPÍTULO 3	25
A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO NUMA UNIVERSIDADE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA	
<i>Silvia Marina Rigo</i>	
<i>Gilberto Medeiros Borges Junior</i>	
<i>Liliane Josefa Orso Pinheiro</i>	
<i>Cristina Keiko Yamaguchi</i>	
<i>Rodrigo Regert</i>	
CAPÍTULO 4	34
ANÁLISE DE CUSTOS DE RECURSOS NATURAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
<i>Germano de Paula</i>	
<i>Werner Engel</i>	
<i>Rosemeri Magagnin Kochen</i>	
<i>Susã Sequinel de Queiroz</i>	
CAPÍTULO 5	48
CENTRALIDADE E DENSIDADE APLICADA AO CONDOMÍNIO EMPRESARIAL FERROESTE	
<i>Alfredo Mosael Kloster</i>	
<i>Marcos de Castro</i>	
<i>Juliane Sachser Angnes</i>	
CAPÍTULO 6	67
COMPARATIVO ENTRE OS PARTIDOS POLITICOS DE 1982 E APÓS A LEI 9504/97, PARA VEREADORES: O CASO DOS SEIS MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS DO PARANÁ	
<i>Augusto Cesare de Campos Soares</i>	
<i>Antonio Marcos Flauzino dos Santos</i>	
<i>Edmilson Aparecido da Silva</i>	
<i>Neuza Corte de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 7	80
DETERMINANTES DA EVASÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPI	
<i>Mario Fernandes Lima</i>	
<i>Helder Araujo de Carvalho</i>	
<i>Jefferson Ricardo do Amaral Melo</i>	
<i>Janaína Pereira de Miranda Lima</i>	
CAPÍTULO 8	91
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E PLANEJAMENTO FINANCEIRO: PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	
<i>Fabricio Pelloso Piurcosky</i>	

Sheldon William da Silva
Jeferson Vinhas Ferreira
Pedro dos Santos Portugal Junior
Claudio Silva Palmuti
Felipe Flausino de Oliveira

CAPÍTULO 9 105

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES POR LED

Paulo André Dias Jácome
Breno Felipe Ribeiro Leite

CAPÍTULO 10 124

GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA PARA IDOSOS – O CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS-RJ

Ione Andrade Loureiro
Maria Cristina Fogliatti de Sinay
Laura Sinay
Iluska Lobo Braga

CAPÍTULO 11 144

GRAU DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS ATIVIDADES DE P&D DAS SUBSIDIÁRIAS DE MULTINACIONAIS E OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Roberto Costa Moraes

CAPÍTULO 12 157

INADIMPLÊNCIA NO SERVIÇO DE INTERNET: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS SUAS CAUSAS EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS

Mariane Daros
Nelson Guilherme Machado Pinto

CAPÍTULO 13 174

METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM PARA O PROCESSO DECISÓRIO

Adival de Sousa Monteiro
Gabriel Luís da Conceição
Paloma de Lavor Lopes
Sheila Maria de Souza Santos
Waldemar Vicente Júnior

CAPÍTULO 14 188

MODELOS DE NEGÓCIOS COMO UNIDADE DE ANÁLISE: UM ESTUDO COMPARATIVO

Bruna Habib Cavazza
Thais Assis de Souza
Luiz Guilherme Rodrigues Antunes
Andréa Aparecida da Costa Mineiro
André Luiz Zambalde

CAPÍTULO 15 208

O COMPORTAMENTO INDIVIDUAL E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ORGANIZACIONAL DO HOTEL BAEZA NA CIDADE DE GOIATUBA- GO

Thaís Furtado Mendes
Everton Sousa Pereira
Lucivone Maria Peres de Castelo Branco
Michelly Cândida Campos
Samylla Aparecida Silva

CAPÍTULO 16	221
OS EFEITOS DO COMING OUT NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
<i>Giovanna Belfort Moreira</i> <i>Fabiula Meneguete Vides da Silva</i>	
CAPÍTULO 17	237
PERCEPÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO NATURALEMDR3DS NO SUPORTE AO TRATAMENTO DE TRAUMAS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA	
<i>Rosa Amelita Sá Menezes da Motta</i> <i>Gerson Gomes Cunha</i> <i>Luís Alfredo Vidal de Carvalho</i> <i>Altemar Sales de Oliveira</i> <i>Saulo Barbará de Oliveira</i> <i>Viviane Farias do Nascimento</i>	
CAPÍTULO 18	250
PRESENTEÍSMO: A SAÚDE OCUPACIONAL, RELAÇÕES E CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS DO TRABALHO, OBSERVANDO A CONTRIBUIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
<i>Hellen Daici Scariotte</i> <i>Marcos Fabricio Juszczak</i>	
CAPÍTULO 19	258
QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA EMPRESA ALTO PADRÃO LABORATÓRIO	
<i>Lucivone Maria Peres de Castelo Branco</i> <i>Thaís Furtado Mendes</i> <i>Amanda Gabriela Scofoni da Costa</i>	
CAPÍTULO 20	273
TRABALHO, MAS NÃO TENHO EMPREGO: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS VENDEDORES AMBULANTES DA GRANDE VITÓRIA-ES	
<i>Marcelo Loyola Fraga</i> <i>Bruna Pereira Modzelewski</i> <i>Gideão Costa de Oliveira</i> <i>Rafaella Bazoni Rossi</i> <i>Muryan Passamani da Rocha</i>	
CAPÍTULO 21	285
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA: BLOGS NAS AULAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Rosa Amelita Sá Menezes da Motta</i> <i>Altemar Sales de Oliveira</i> <i>Biancca Scarpeline de Castro</i>	
SOBRE OS AUTORES	297

TRABALHO, MAS NÃO TENHO EMPREGO: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS VENDEDORES AMBULANTES DA GRANDE VITÓRIA-ES

Marcelo Loyola Fraga

Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo –
PIO XII
Cariacica-ES

Bruna Pereira Modzelewski

Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo –
PIO XII
Cariacica-ES

Gideão Costa de Oliveira

Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo –
PIO XII
Cariacica-ES

Rafaella Bazoni Rossi

Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo –
PIO XII
Cariacica-ES

Muryan Passamani da Rocha

Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo –
PIO XII
Cariacica-ES

RESUMO: O objetivo deste estudo é identificar as características do perfil dos trabalhadores ambulantes da Grande Vitória – ES. O trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva e utilizou métodos quantitativos, e a população formou-se por vendedores ambulantes das cidades de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória que compreendem a região da Grande Vitória – ES. A coleta de dados foi através de questionário, e os dados

coletados foram expressos através de Tabelas, Gráficos e em forma de Percentuais. Conclui-se que os vendedores ambulantes têm como principais características, a pouca formação acadêmica, em média muito tempo exercendo sua função e o principal fator que os influencia a permanecer nesta situação é a comodidade de não dar satisfação à ninguém referente ao seu trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Trabalho informal, Vendedor ambulante.

ABSTRACT: The objective of this study is to identify the profile characteristics of mobile workers in Grande Vitória - ES. The work is characterized as a descriptive research and used quantitative methods, and the population was formed by street vendors from the cities of Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha and Vitória that comprise the region of Greater Vitória - ES. The data were collected through a questionnaire, and the data collected were expressed through Tables, Graphs and in the form of Percentages. It is concluded that the hawkers have as main characteristics, the little academic formation, on average a long time exercising their function and the main factor that influences them to remain in this situation is the convenience of not giving satisfaction to anyone referring to their work.

KEYWORDS: Work, Informal work, Hawker.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de reflexões acerca do aumento do desemprego e do trabalho informal, bem como os impactos nas dimensões econômica e social, justifica a relevância de se estudar essa temática, especialmente com um foco voltado para o local. Deste modo, o objetivo deste estudo é identificar os fatores que influenciam o trabalhador informal a permanecer na situação de informalidade na região da Grande Vitória – ES, que compreende os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Para alcançar esse objetivo, pretende-se identificar o perfil do trabalhador informal.

Alguns objetivos foram traçados para oferecer ferramentas necessárias para o alcance do objetivo final deste estudo. Verificar os fatores que influenciam os vendedores ambulantes a permanecer na informalidade, traçar as características socioeconômicas destes trabalhadores e como objetivo intermediário, a pesquisa buscou analisar o impacto que a atual crise econômica brasileira trouxe sobre suas vendas, por meio de um levantamento bibliográfico, que consistiu em discussões acerca do trabalho e seus conceitos, a definição de emprego e desemprego e o que é apontado pela teoria como trabalho informal e suas principais características.

A metodologia utilizada foi do tipo descritiva quantitativa, pois busca a descrição de um fenômeno social através de uma quantificação dos dados coletados. O universo compreende os vendedores ambulantes da Grande Vitória/ES, a amostra foi composta por 200 entrevistados, uma vez que o universo estudado é desconhecido e não fornece dados para calcular o erro amostral desta pesquisa. A coleta de dados foi através de questionário com perguntas fechadas, este foi tratado de forma quantitativa e exposto em forma de gráficos, tabelas e percentuais.

Os resultados obtidos levaram à definição de que os principais fatores que influenciam a saída do trabalhador do mercado formal e sua migração para o informal são eles, o desemprego, a falta de qualificação profissional, a visão de uma atividade lucrativa e o sonho de ter o seu próprio negócio e não ter mais que obedecer ordens.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreensão dos termos nos quais a pesquisa se delimita, fez-se necessário um embasamento teórico sobre trabalho, emprego e trabalho informal, definindo as interpretações mais relevantes do ponto de vista jurídico e histórico, suas características e relações.

2.1 Trabalho e Emprego

Segundo Macêdo (2010) apud por Del Carmen et al (2014, p. 3), nos últimos anos, existe uma crescente preocupação com temas relacionados ao campo do trabalho. Percebe-se que tem ocorrido uma intensificação do trabalho, decorrente de raízes

históricas que foram sendo desenvolvidas com o passar do tempo e das diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho (PEREZ, 2012).

De acordo com (FERREIRA e MENDES, 2003) apud por Del Carmen et al (2014, pg. 3) o conceito de trabalho, considerando sua etimologia, está relacionado à expressão romana “tripallium”, um instrumento de tortura formado por pontas pontiagudas e que estava associado ao castigo.

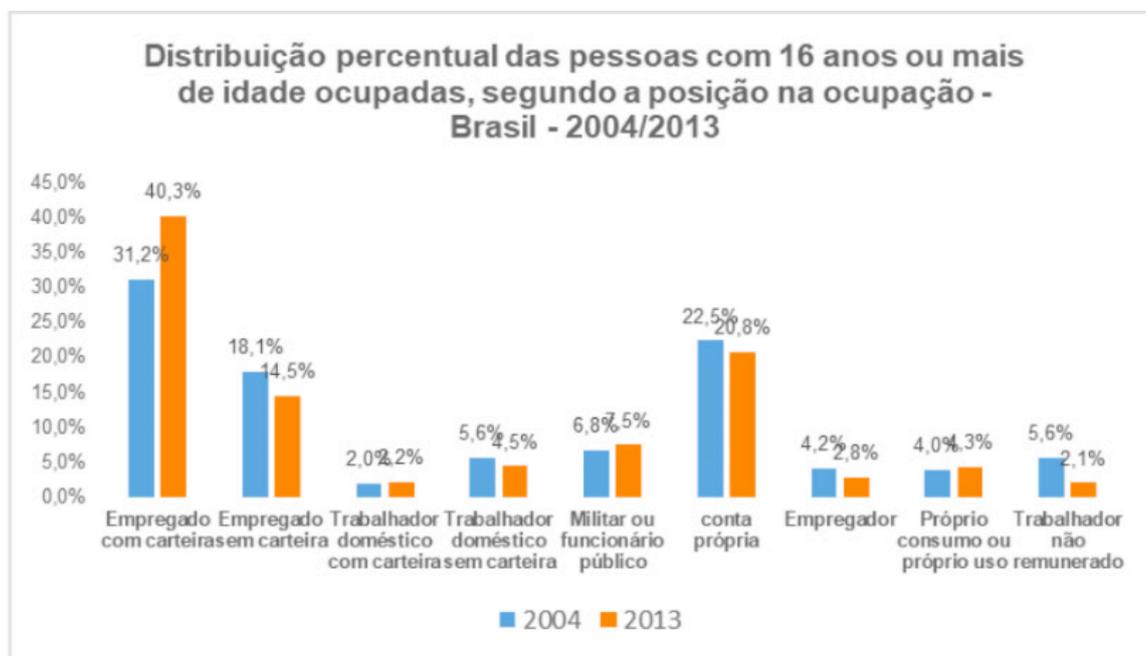
Cattani (2000) define o trabalho a partir de dimensões ambivalentes, como sinônimo tanto de opressão quanto de emancipação, tortura (tripallium) e prazer, alienação e criação. Tais dimensões, para o autor, não se limitam à jornada laboral, mas repercutem sobre a totalidade da vida em sociedade. De acordo com a visão do autor pelo tema, trabalho pode também ser visto como status social, como a identidade do sujeito frente à sociedade que ele assume durante toda sua vida.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário notar a evolução da sociedade durante os anos, tornando imprescindível a normatização das relações de trabalho, sendo assim, o trabalho assalariado pode ser considerado como emprego. No entanto, segundo o autor supracitado (2000), o desemprego deve ser visto de maneira mais ampla, não apenas como a ausência de atividade assalariada, mas como uma situação ou status social. As situações de precariedade do emprego, tais como o subemprego, o emprego de tempo parcial e a realização de “bicos”, também podem ser consideradas fontes de angústia e incertezas (Catani, 2000).

O texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) faz uma definição sobre o conceito jurídico do que vem a ser emprego:

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. **Parágrafo único** - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Um estudo de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra a distribuição em ocupações das pessoas com 16 anos ou mais no Brasil entre os anos de 2004 a 2013. Segundo os dados levantados na pesquisa, houve nesse intervalo um aumento significativo nos postos de trabalho com carteira assinada, e um pequeno recuo nas atividades sem carteira assinada e por conta própria. Conforme os dados apontam, em 2004 o número de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria somavam 40,6 % da ocupação de pessoas com idade de 16 anos ou mais, número este que teve um decréscimo em 2013, somando 35,3% das ocupações. Levando em conta a grande população em atividade no Brasil, os números mostram que mais de um terço dessa população encontra-se trabalhando informalmente, fato que torna a informalidade um universo onde se concentra grande parte da força de trabalho do país.



Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013

Essas classes de trabalhadores que não possuem carteira assinada e fazem parte do setor informal recebem apreciação de alguns autores, e conforme Silva (2003) apud por Da Silva (2015), grande parte da nova informalidade, e sobre a qual se debruça o debate contemporâneo, provém de um contingente majoritário de trabalhadores advindo de grupos sociais pauperizados, sobretudo por conta da ausência de qualificação e recursos, e que se insere em condições de trabalho das mais precárias, configurando, nas palavras desse mesmo autor, “o nicho dos recursos de sobrevivência de um exército de reserva estagnado em expansão com perspectivas cada vez mais reduzidas de reintegração econômica” (Silva, 2003, p.170).

Ou seja, assim como a maioria dos autores a definição do que vem a ser o trabalhador informal é embasada em um grupo de indivíduos que vivem em situação precária, de extrema pobreza, e buscam na informalidade uma forma para sobreviver.

2.2 Trabalho Informal

Os autores possuem uma visão bem ampla sobre o trabalho informal que é exposta por diversos autores, muitos deles não conseguem chegar a um consenso sobre o tema, trazendo assim um campo muito complexo a ser estudado, campo este que pode sofrer alterações, conforme a sua localização geográfica, tipo de atividade desenvolvida, e uma infinidade de fatores que influenciam fortemente nas características desses trabalhadores.

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a primeira definição oficial de “Setor Informal” aflorou na publicação de um estudo da OIT – Organização Internacional do Trabalho sobre a economia do Quênia, no ano de 1972. De acordo com este documento, dois tipos de mercado de trabalho funcionavam

simultaneamente: a) um setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão-de-obra qualificada; e b) um setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados. Sendo algumas dessas características traçadas que diferenciam o setor formal do informal, não absolutamente universais, mas que servem como base para estudos aprofundados sobre o tema.

Apesar de existir uma gama extensa de abordagens sobre o conceito de trabalho informal, Filgueiras, Druck e Amaral (2004) apontam que para conceituar o trabalho informal, é preciso considerar várias atividades e as diferentes formas de introdução no mundo do trabalho, e que “estão aí incluídos tanto proprietários de pequenas estruturas produtivas quanto aqueles trabalhadores que operam total ou parcialmente na ilegalidade” (OLIVEIRA; IRIART, 2008, p. 438). Tornando assim o campo de estudo sobre a temática do trabalho informal muito extenso, o que torna uma avaliação das partes muito mais significativa que a abrangência do todo.

Iriart et al apud por DEL CARMEN et al (2014) apontam que nas últimas décadas o mercado de trabalho brasileiro tem sofrido densas mudanças. Essas transformações têm refletido um incremento no número de desempregados e uma diminuição da qualidade dos vínculos de trabalho, o que é evidenciado por estatísticas que apontam o aumento do número de trabalhadores não registrados. O Banco Mundial apresenta estatísticas que apontam que “50% da mão de-obra não rural brasileira estão no mercado informal da economia”. As taxas são ainda mais altas se considerarmos os grandes centros urbanos, podendo chegar ao número de 87% de trabalhadores sem carteira assinada, no período de 1992 a 2002 (IRIART et al., 2008, p. 166).

De acordo com dados da Conferência Internacional do Trabalho (2014, p. 39) A causa profunda da existência da economia informal é a incapacidade de criar um número suficiente de empregos formais para absorver os que entram de novo no mercado de trabalho e oferecer oportunidades de emprego àqueles que estão sujeitos à economia informal. Limitar o crescimento da informalidade obriga necessariamente, e desde logo à colocação do emprego no centro das políticas econômicas e sociais promovendo quadros macroeconômicos favoráveis ao emprego e apoiando os setores produtivos da economia que têm um alto impacto sobre o emprego e o trabalho digno, o que em alguns contextos torna-se praticamente impossível, por se tratar de um fator que não depende exclusivamente de políticas econômicas, pois muitos desses trabalhadores optam pela informalidade por ser uma fonte mais rentável e menos burocrática.

Os trabalhadores da economia informal e particularmente as mulheres, muitas vezes trabalham em empregos mais perigosos, em condições e circunstâncias mais

arriscadas. A taxa de acidentes de trabalho e de doenças profissionais é muito maior em pequenas empresas do que nas grandes empresas e, mesmo na ausência de dados precisos, a preponderância de pequenas empresas em si aponta para o aumento dos riscos no setor informal. É, pois, necessário prevenir as doenças profissionais e os acidentes de trabalho, um aspecto essencial para melhorar as condições de trabalho na economia informal.

Segundo dados do MTE (p. 10), para além do fenómeno da ilegalidade, a informalidade envolve iniciativas empreendedoras assumidas pelos trabalhadores autónomos (ou por conta-própria), em que a informalidade pode ser uma opção do trabalhador, e atividades de micro empreendimentos desenvolvidos por iniciativas de empreendedores que possuem poucos funcionários, onde a ilegalidade está atrelada à excessiva burocracia e ao peso da legalização no orçamento da firma. Nesse sentido, as ações de políticas públicas devem voltar-se ao tratamento da informalidade, nas suas distintas dimensões, não se restringindo tão somente ao “combate” à informalidade.

De acordo com a Conferência Internacional do Trabalho (2014, pg. 14) a informalidade é frequentemente associada a disposições institucionais débeis e estruturas de governo inadequadas e, por conseguinte, suscetíveis de levar a práticas de corrupção. No entanto, a ausência de legislação não significa ausência de regras e de quem as faça cumprir. Os meios privados de imposição da ordem na economia informal são frequentemente muito dispendiosos para as empresas e trabalhadores e por vezes dependem de ameaças de violência e corrupção. Se os custos de transição para a formalidade puderem ser facilitados, muitas empresas poderão voluntariamente pagar seus impostos, observar as leis laborais e se beneficiar da segurança que o acesso à justiça pode dar aos direitos de propriedade e aos contratos. Vale ressaltar que a maior dificuldade em questão pode ser a conscientização desses trabalhadores, a capacitação para que possam gerir seu negócio, adequando-se aos tributos e leis trabalhistas que regem suas atividades.

Conforme cita a Organização Internacional do Trabalho (2010, pg.9), a heterogeneidade da estrutura produtiva dava origem a dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: de um lado, o mercado formal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes (trabalhando por conta própria) e por empresas muito pequenas com nível precário de organização.

Nesta versão inicial, o setor formal determinava o nível de emprego e renda da economia e se responsabilizava pela introdução do progresso técnico, enquanto o setor informal funcionava como “colchão amortecedor” (ao absorver o excesso de mão-de-obra na fase recessiva) e como “exército de reserva” (ao liberar mão-de-obra para o setor estruturado na fase de crescimento acelerado). Ou seja, o setor informal era visto como “funcional” ao conjunto das empresas formalmente organizadas por rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho.

De acordo com as inúmeras interpretações dos autores sobre o que vem a ser de fato o trabalho informal, esta pesquisa delimitou-se em estudar apenas um grupo de trabalhadores informais, pois trará uma maior relevância científica, ao passo que um estudo generalizado sobre o setor informal levantará dados divergentes da realidade de cada atividade individualmente. O grupo de trabalhadores informais objeto deste estudo formou-se pelos vendedores ambulantes, pois estes trabalhadores são de fácil localização e são representados em grande número por praticamente todos os municípios da Grande Vitória.

3 | METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva, que de acordo com Vergara (2013, p. 41) a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A população estudada na pesquisa foi formada por trabalhadores ambulantes informais da Grande Vitória – ES, que compreendem os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. A amostra foi de 200 pessoas escolhidas aleatoriamente.

O procedimento de coleta de dados foi através de questionário. De acordo com Vergara citada por (FRAGA, 2009, p. 65) a coleta de dados pode consistir através da aplicação de questionário, entrevista e técnicas interativas diversas (workshops). O questionário continha 19 questões, constituído de questões fechadas e apresentado ao respondente por escrito, referentes ao perfil dos trabalhadores informais pesquisados e às opiniões e intenções sobre a situação de informalidade. Foram aplicados 200 questionários aleatoriamente, de acordo com uma amostra não probabilística por conveniência.

Para a construção do questionário utilizou-se perguntas fechadas, porém houve dados que necessitaram de um tratamento mais amplo para a construção de respostas que pudessem transmitir melhor a realidade encontrada.

Os dados levantados e as análises foram tabulados e realizados através do método quantitativo. Segundo Zanella (2009), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, na coleta e no tratamento dos dados, com a finalidade de medir as relações existentes entre as variáveis e requer o uso de recursos e técnicas estatísticas (DA SILVA; MENEZES, 2001).

Destacam-se como limitações na aplicação de questionário, o receio dos entrevistados em responder o mesmo, sendo assim, as respostas podem não coincidir com a realidade.

4 | RESULTADOS

Através da análise dos questionários, puderam definir-se algumas características do universo pesquisado. A primeira característica levantada foi a distribuição geográfica conforme uma análise aleatória, que teve como amostra 200 entrevistados, sendo Vitória representada por 29,5%, Cariacica 22%, Viana 17%, Vila Velha 13%, Fundão 8%, Guarapari 5,5% e Serra 5%. Destes entrevistados 64% foram homens e 36% mulheres.



Gráfico 1 - Divisão por Gênero

Fonte: Dados da pesquisa de campo



Gráfico 2- Distribuição por municípios

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Nível de Escolaridade		Qtz	%
Ensino fundamental	incompleto	55	27,5
Ensino fundamental	completo	18	9
Ensino médio	incompleto	63	31,5
Ensino médio	completo	61	30
Ensino superior	incompleto	3	1,5
Ensino superior	completo	1	0,5

Tabela 01 – Nível de Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Para descrever o perfil socioeconômico dos trabalhadores ambulantes, fez-se necessário o levantamento de dados como: nível de escolaridade, faixa de renda, quantidade de filhos, se possui casa própria, e se possui vínculo empregatício.

Notou-se que 31,5% dos entrevistados possuem ensino médio incompleto, 30%

possuem ensino médio completo e 27,5% possuem ensino fundamental incompleto, conforme a tabela abaixo.

Outro ponto relevante do estudo foi a concentração da faixa de renda entre R\$ 789,00 a R\$ 2.000,00 que representou 71% dos entrevistados e 91% não possuem vínculo empregatício, ou seja, sua única fonte de renda é o trabalho informal.

No que diz respeito à quantidade de filhos, há uma média de 2 filhos por entrevistado, 67% destes possuem casa própria. Mas os outros 33% ainda moram de aluguel ou com familiares.

Um dos grandes desafios desta pesquisa foi o primeiro contato com os ambulantes. Alguns relatos deram a entender que eles temem a ação de fiscalização dos entes governamentais. O que fez com que, ao longo das abordagens, a equipe que aplicou o questionário fosse confundida com fiscais.

Quando questionados sobre alguns aspectos relevantes de suas atividades, houve um receio por parte dos indivíduos em relação a algumas perguntas. Sendo assim as respostas podem não transmitir de fato a realidade, pois 70,5% dos entrevistados disseram que não pretendem formalizar seu negócio, na maioria das vezes a resposta dada foi a comodidade em trabalhar sem ter que dar satisfação a nenhum ente.

Em média eles trabalham há mais de 11 anos como vendedores ambulantes, havendo pessoas que trabalham há mais de 40 anos no ramo, e tem idade média de 37 anos. Apesar de 12,5% desses entrevistados não gostarem do que fazem, a grande maioria diz que está satisfeita com o seu trabalho.

Esta pesquisa identificou que em grande parte as respostas em relação ao que havia levado os trabalhadores a se desligarem de seu último emprego formal foram: a vontade de trabalhar por conta própria, não ter mais que respeitar ordens de um superior hierárquico, ser dono de seu próprio negócio.

A CLT regulamenta que o horário trabalhado semanalmente seja de 44 horas no máximo. No estudo de campo, revelou-se que 47% dos ambulantes entrevistados trabalham em média de 8 a 10 horas por dia. Isso excede o horário normatizado. Não fazendo jus ao que a lei determina como garantias trabalhistas. Fica comprovado o que a teoria diz sobre a falta de garantias e subemprego relacionado em alguns trechos pelos autores.

No que diz respeito ao cenário de crise econômica vivenciado pelo país. Quando questionados sobre o reflexo em suas vendas, 16% dos ambulantes disseram que não houve nenhuma redução, 40% que a redução foi mínima, 44% afirmaram que as vendas reduziram muito.

De início, imaginava-se que, por trabalharem com produtos geralmente mais baratos que nas lojas, suas vendas pudessem ter um aumento na situação de crise econômica. Porém, nenhum dos entrevistados relatou aumento nas vendas.

No que tange à ilegalidade apontada por alguns autores, identificou-se no momento das entrevistas, que há em alguns pontos de concentração, uma liderança exercida por algum poder, que age com coerção. Impõem regras para os ambulantes,

que em muitas vezes são alvos de retaliação pelo descumprimento das mesmas.

Ainda neste aspecto, verificou-se a prática de atividades ilegais. Como a venda de DVD's e CD's, perfumes, roupas de grife, sapatos, celulares, entre outros diversos produtos falsificados.

5 | CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo traçar o perfil dos trabalhadores ambulantes. Definindo alguns fatores que os influenciam a permanecer na situação de informalidade. Através de uma pesquisa descritiva quantitativa, utilizando-se de ferramentas gráficas e percentuais.

Um dos objetivos foi traçar as características socioeconômicas dos ambulantes. Foi possível concluir que se tratam de pessoas que possuem renda superior ao salário mínimo vigente, porém com a escolaridade entre ensino fundamental e médio incompleto, isso explica o fato de não terem outras perspectivas em relação ao mercado de trabalho.

Conclui-se que com o atual cenário da crise econômica brasileira, os vendedores ambulantes foram impactados assim como os outros setores que compõem a economia, sofrendo reduções significativas em suas vendas.

Esta pesquisa indicou que os fatores que influenciam a permanência dos ambulantes na informalidade são o desemprego, a falta de qualificação para entrar no mercado formal onde os salários são mais altos, a comodidade em não ter que dar satisfação a um superior hierárquico e o prazer em ser dono do seu próprio negócio.

Como possibilidades, pode-se citar que novas análises podem ser realizadas através do banco de dados obtido para observar novos grupos de trabalhadores informais, assim como os prestadores de serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL DEBATE, Informalidade no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/informalidade-e-mercado-de-trabalho-no-brasil/>> Acesso em setembro de 2015.

CATTANI, A. D. Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 2000. 195 p.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm> Acesso em outubro de 2015.

DA SILVA, Márcia Costa. Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf>> Acesso em setembro de 2015.

DALBOSCO, E.; KUYUMJIAN, M. M. M. Os desafios de compreender o trabalho informal. **Revista SER Social**, n. 5, p. 189-220, 2011.

DEL CARMEM, Andreina Camero de Lima et al. Tenho trabalho, mas não tenho emprego, o perfil do trabalhador informal na região de Lavras – MG. **EnANPAD**, 2014.

FRAGA, Marcelo Loyola, Metodologia para elaboração de trabalhos científicos. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, p. 45-65, 2009.

IRIART, J. A. B., OLIVEIRA, R. P. D., XAVIER, S. D. S., COSTA, A. M. D. S., ARAÚJO, G. R. D., SANTANA, V. S. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO EEMPREGO, Informalidade. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BABBAC51731E4/Informalidade2.pdf>> Acesso em agosto de 2015.

OLIVEIRA, R. P.; IRIART, J. A. B. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. **Psicologia em estudo**, v. 13, n. 3, p. 437-445, 2008.

ULYSSES A, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4250>. Acesso em outubro de 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, 14. ed. São Paulo: Atlas, p.41, 2013.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-11-6

